



VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais
Coimbra 16, 17 e 18 de Setembro de 2004

Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087 · 3001-401 Coimbra, Portugal
Telef +351 239 85 55 70 Fax + 351 239 85 55 89

A
QUESTÃO
SOCIAL

NO NOVO
MILÉNIO

email lusoafrobrasileiro@ces.uc.pt
url <http://www.ces.uc.pt/LAB2004>

40 anos de um golpe que não terminou

Ezilda Duarte Ferreira

(Universidade Estácio de Sá, RJ)

O saudoso cronista Sérgio Porto, o Stanislaw Ponte Preta, autor de vários livros sobre o que havia de mais insólito na vida brasileira, como os da série de FEBEAPÁ¹, não conseguindo ver uma definição de rumos nos governos e nas instituições políticas de 1964 a 1968, dizia que o Brasil vivia então numa *democradura*. Com a invenção daquela palavra, ele pretendia dizer que a ditadura instaurada após o golpe militar ainda não havia definido seus rumos e ainda mantinha certa liberalidade, ou pelo menos uma confusão generalizada em muitas coisas, o que ainda não acabara de vez com certas formas democráticas de ser da sociedade brasileira. Um bom e bem-humorado exemplo daquela dificuldade de entender e de explicar o que se passava ele deixou na introdução do seu *Samba do Crioulo Doido*, apresentado como obra de um compositor que anualmente era

¹ Festival de Besteira que Assola o País.

obrigado a estudar temas nacionais oficiais para fazer o samba-enredo de sua Escola de Samba e que endoidara, por absoluta incapacidade de compreensão, quando lhe deram o tema para o Carnaval de um daqueles anos: *atual conjuntura*.

Do seu jeito, Sérgio Porto estava mesmo era insinuando uma pergunta impossível de ser publicada naquela época: afinal, o que os militares estão fazendo no governo? Mas, em 30 de setembro de 1968, fumante inveterado, morreu de infarto com pouco mais de 40 anos. Não viveu até o AI-5, muito menos até os anos mais duros que se seguiram. Vivesse mais ainda, conheceria os rumos tomados pela ditadura daqueles anos até a chamada abertura, e desta até o primeiro presidente civil. Imaginamos, então, que de sua irreverência poderia sair uma outra pergunta: afinal, o que os militares fizeram no governo?

O tratamento que nos dias de hoje se dá àquela ditadura é referente a algo que teria passado e não deixado absolutamente nada. Dá às vezes a impressão de que a tratam como se ela não tivesse tido nenhuma razão de ter existido. *Parece que todo o Brasil deu a mão*² condenado-a definitivamente e condenando os militares quase definitivamente. No próprio nome com que ela passa à história eles recebem a referência exclusiva: ditadura militar. Teriam usurpado o governo, usado de uma violência sem precedentes na repressão, afinal, para quê? E se não foram derrubados, se simplesmente se retiraram: mudaram e deixaram o quê?

O certo é que os militares não estão mais, como antes se dizia, mandando. Profissionais de comando, aceitam hoje exercê-lo dentro dos limites do consentimento civil, que em um bom período da história ultrapassaram. Não são atendidos quando falam da necessidade de reequipar e modernizar as Forças Armadas e têm de administrá-las com verbas cada vez menores. Já chegaram a ter posto em dúvida por um presidente, Fernando Henrique Cardoso, o próprio futuro. São lembrados para uma missão que não lhes cabe constitucionalmente e não gostariam de ter de aceitá-la: combater a criminalidade. De modo geral, passam por constrangimentos diversos e não têm como reagir. Pior do que isso: não sabem explicar a que vêm; e mal sabem explicar a que vieram no golpe e na ditadura. O comando do país não mais lhes pertence. E vão aos poucos descobrindo que se esse comando lhes pertenceu, não lhes pertenceu o comando da história do país. São duas

² Verso da música Pra Frente Brasil de Miguel Gustavo, de incentivo à seleção brasileira de futebol por ocasião da Copa do Mundo de 1970, a mais tocada nos meios de comunicação de massa antes e depois da sua conquista. Foi usada e abusada pelos que apoiavam a ditadura.

coisas distintas, embora possam estar combinadas: o comando de um país e o comando de sua história. Este em tempo algum pertenceu aos militares.

Em relação a esse ponto, são bem significativos os títulos dos quatro volumes escritos pelo jornalista Elio Gaspari e lançados até o momento sobre a ditadura. Eles, apenas em si, já indicam as variações pelas quais passaram os militares naquele processo político: *A Ditadura Envergonhada*, *A Ditadura Escancarada*, *A Ditadura Derrotada* e *A Ditadura Encurralada*. Os textos, sem dúvida, confirmam isso. Os militares foram estranhos à história praticamente todo o tempo em que comandaram o país. Se tiveram razões absolutamente suas em 1964, como o medo da quebra da hierarquia nas Forças Armadas devido à organização e à ameaça de levante de seus subalternos, foram, todavia, levados a tomar a iniciativa por civis, estes sim, disputando com outros civis o comando da nossa história. Havia uma questão civil a ser resolvida. O problema de identificá-la na época, e ainda hoje, vem do fato de os motivos políticos principais não terem sido explicitados com clareza na ocasião. Esses problemas foram encobertos por palavras de ordem, argumentos e acusações que os favoreciam, mas não tinham a ver com eles e muito menos diziam o que eles eram. Por exemplo, só com o passar dos anos é que se compreenderia que aquela *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* estava nas ruas contribuindo para abrir o caminho para uma reciclagem de valores em favor de valores individualistas que põem cada vez mais em perigo a própria família, instituição que julgavam defender contra o comunismo mas que se enfraquece cada vez mais sob instituições políticas liberais.

Esse grande equívoco é apenas um dos muitos daqueles anos que, esperamos, não devem ser escolhidos por nenhuma imprudente diretoria para enredo de sua Escola de Samba num carnaval daqui a 10 ou 60 anos. Seus compositores enlouqueceriam de vez. A tragicomédia brasileira que desaguou nos recentes anos de neoliberalismo, pelo menos no que diz respeito aos seus comandantes, jamais teve nos seus discursos oficiais, na sua propaganda, nos seus momentos de crise e de definição ou nos seus projetos de curto e de longo prazo qualquer indicação de que levaria a esse fim. Como, dificilmente, a vida política leva de modo abrupto a resultados que tendem a ser duradouros, é muito provável que esse objetivo, o de levar o Brasil a ser uma sociedade liberal, tenha estado o tempo todo

entre outros objetivos da vida política brasileira. É muito provável que esse objetivo tenha sido a eminência parda do golpe e da ditadura.

Consideremos, então, aquilo que pode ser a coisa mais simples a ser dita a respeito do golpe de 1964: ele interrompeu um período político vivido sob instituições políticas liberais. E consideremos também, como está no parágrafo anterior, que a ditadura subsequente a ele terminou levando o país a viver sob instituições políticas liberais. Terá, por isso, o país sido conduzido para o mesmo lugar por uma ditadura que não foi derrubada? Em termos de instituições de base, em termos de distribuição constitucional de poderes e direitos, sim. Mas é preciso reconhecer que há uma grande diferença entre as duas épocas vividas sob instituições políticas liberais. Ela está entre os valores que dominaram a sociedade brasileira na época anterior e nos que estão a dominá-la na atual. Houve uma reciclagem de valores e foi a ditadura que proporcionou a oportunidade histórica dessa reciclagem. E, embora ela mesma tenha tentado fazer a sua em favor de valores de doutrinas semi-oficiais trabalhadas e ensinadas pela Escola Superior de Guerra, foram de outra origem os valores que vingaram, os que ficaram para fazer história.

Para entendermos essa diferença, precisamos identificar o objetivo do golpe, aquilo que as representações ideológicas da época não ajudam a ver. Muito se disse que foi para evitar a subversão e o comunismo. Segundo Carlos Lacerda, teria sido para evitar que o país se tornasse uma república sindical, que seria a pretensão de Jango. Mas não passaram daquilo que era preciso para fazer do golpe algo aceitável para os seus contemporâneos que, em geral, mal sabiam o que estava se passando por trás de tudo. É certo que havia comunistas apoiando Jango, que eram otimistas e pretensiosos, que achavam que a história estava inexoravelmente do lado deles, mas daí a se dizer que ele mesmo, Jango, era comunista, ou ainda que sob sua presidência os deixaria dominar pouco a pouco o país, vai uma grande diferença. Quanto à acusação de que instalaria uma república sindical, não merece mais do que ser considerada o tipo de desculpa que se dá para fazer alguma coisa e se faz necessário esconder o inconfessável motivo que realmente se tem.

Precisamos também separar o objetivo maior do golpe das condições mais próximas contra as quais se deu. O já citado levante dos subalternos, a atuação do Comando Geral dos Trabalhadores, CGT, a atuação da União Nacional dos Estudantes, UNE, as Ligas Camponesas, a popularidade crescente e a liderança agressiva de políticos como

Leonel Brizola e Miguel Arraes, em resumo, todas as forças que pressionavam Jango para ser o líder de uma avalanche de projetos e ideais que ele não dominava, e pelos quais se deve até pôr em dúvida o seu apreço, não foram senão manifestações de um dos lados da crise certamente muito exageradas e concentradas de uma só vez e que, por isso, provocaram a reação golpista naquele momento. Isso porque os homens que deram o golpe já haviam tentado outras formas de serem vencedores da crise e tentariam outras que não o golpe para vencê-la.

A crise se deu sob as instituições políticas liberais presidencialistas adotadas contra o Estado Novo, contra Getúlio. Apesar disso, embora não completamente, foram instituições dominadas por ele, até à sua morte, e por seus sucessores políticos, em especial, pelo PTB e por uma parte do PSD. Mas a origem da crise, em rigor, era exterior ao Brasil. Ela começou na Europa, ainda no século XIX, e teve uma expressão e uma palavra postas em oposição para representá-la: *laissez-faire* e socialismo. Diziam respeito a duas opções administrativas do capitalismo: a expressão representava o ideal individualista de governo mínimo e a palavra representava a opção por governos que fossem capazes de organizar e garantir o funcionamento geral da sociedade, incluindo a sua ordem produtiva. Sem dúvida, essas foram as bases, apenas, que não podem ser esquecidas. Isso porque as variações teóricas e práticas em torno delas foram muitas e podem quase ocultá-las. O golpe de 1964 foi um clímax da crise entre as versões brasileiras dessas duas opções. Se dela participaram, dos dois lados, defensores de outros ideais, não passaram de coadjuvantes de uma disputa pelo comando da nossa história que não tinham nenhuma condição de assumir, como os militares.

De raízes diversas na história política brasileira, essas duas opções um dia se concentraram: uma em Getúlio e no Estado Novo e a outra naqueles que conspiraram para derrubá-lo em 1945. Em seguida, tiveram expressão partidária principalmente no Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, e na União Democrática Nacional, a UDN. O PTB foi feito herdeiro político e portador da bandeira defensora de toda intervenção getulista no sentido de dar proteção social aos trabalhadores, de organizar um novo sistema monetário e um programa de criação de indústrias de base para dar condições de comando da produção nacional à burguesia brasileira. A UDN, de inspiração teórica liberal, representou parte

dessa burguesia, mas exatamente aquela que se fez a maior expressão partidária antigetulista e anticomunista.

O início do confronto entre as duas partes favoreceu aqueles que formaram a UDN. O primeiro grande objetivo foi alcançado: a deposição de Getúlio em 1945. Foi o ponto final da primeira parte de uma luta que começara com o *Manifesto dos Mineiros* em 1943. O segundo grande objetivo, porém, já não foi: eleger o Presidente da República. Seu candidato foi derrotado, em 2 de dezembro de 1945, pelo General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra do Estado Novo, do Partido Social Democrático, o PSD, em coligação com o PTB, quando o partido trabalhista fundado por Getúlio ainda não se constituía uma força expressiva (Benevides, 1980: 61). E talvez por essa razão a UDN não tenha sido senão uma oposição cordial ao governo de Dutra. Era um tempo em que a classe operária estava mais voltada para o PCB do que para o PTB. Então, a luta udenista naquele período se fez junto àqueles que combateram o partido e os deputados comunistas, cassando primeiro o registro do Partido Comunista do Brasil, o PCB, e depois os mandatos de seus deputados e do seu senador. Só com o crescimento do PTB e a eleição de Vargas para a Presidência em 1950 a luta da UDN viria a ser contra o trabalhismo, a versão getulista do socialismo no Brasil.

As eleições presidenciais de 1950 alertaram os udenistas em relação à permanência da influência de Getúlio mesmo depois de este ter passado quase cinco anos retirado em São Borja no interior do Rio Grande do Sul. Primeiro governante brasileiro a ter um departamento de imprensa e propaganda, o DIP, e a valer-se da grande novidade em termos de comunicação de massas que era o rádio, o antigo ditador formara boa parte da população de acordo com os valores políticos que representava e toda aquela ação de persuasão e propaganda apareceu em forma de comportamento eleitoral, em forma de resultado eleitoral getulista. Não era uma situação fácil de ser invertida. Mesmo assim, tê-lo no governo era uma grande oportunidade de enfrentá-lo, de desmoralizá-lo, de impossibilitá-lo politicamente e, assim, de quebrar a sua influência. Partiram então os políticos udenistas para o confronto.

No Congresso e na Imprensa, a oposição a Getúlio empregou uma retórica agressiva em torno de três pontos: incompatibilidade do ex-ditador com a vida democrática, corrupção na máquina administrativa e subversão (Benevides, 1980: 84). Todos eles

combinados com a acusação de esquerdismo. Os resultados começaram a aparecer. Sem o conhecimento de Getúlio, homens de sua guarda pessoal não suportaram e, por conta própria, fizeram um atentado a Carlos Lacerda, principal líder daquela campanha, ferindo-o e matando um de seus acompanhantes. Foram descobertos e o cerco moral ficou praticamente fechado. Mas quando tudo indicava o sucesso daquela pressão avassaladora, Getúlio reagiu, não com a licença por tempo indeterminado, nem com a renúncia, mas com o suicídio e a carta-testamento. Reverteu assim, em 24 de agosto de 1954, toda a passionalidade daquele quadro e levou seus opositores a procurarem outras alternativas para alcançar a posição política que pretendiam.

De fato, os udenistas insistiram. Procuraram e conseguiram ser maioria no Ministério de Café Filho, político do Partido Social Progressista, PSP, que da Vice-Presidência foi alçado à Presidência. Porém, nada do que tentaram para controlarem de vez a política brasileira foi possível. Alguns de seus deputados chegaram até a defender no Congresso, absolutamente sem sucesso, o parlamentarismo. Mas o pior foi mais uma vez não vencer as eleições presidenciais de 3 de outubro de 1955, nas quais apoiaram Juarez Távora, do Partido Democrata Cristão, o PDC. Mais uma vez venceram candidatos apoiados pelo getulismo: Juscelino Kubitschek, do PSD, para a Presidência e João Goulart, o Jango, do PTB, para a Vice-Presidência. Isso fez com que mais uma vez, como em 1950, os udenistas tentassem que a palavra *maioria* escrita na Constituição fosse interpretada como *maioria absoluta*. Com o afastamento de Café Filho por motivo de doença, ligaram-se a Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados que assumira a Presidência da República, para tentar um golpe que evitasse em janeiro de 1956 a posse dos eleitos. Tiveram, porém, que ceder ao contragolpe legalista comandado pelo Ministro da Guerra general Henrique Teixeira Lott, que, com a mediação do Congresso, passou a Presidência da República para o Senador Nereu Ramos e garantiu as posses de Juscelino e de Jango.

Veio, em seguida, a tentativa de alcançar a Presidência e alterar a tendência da época por meio da eleição de um político tão fenomenal para aqueles tempos quanto pretendente à independência política e, por isso, de difícil trato: Jânio Quadros. Com excelente repercussão, havia cumprido um mandato de Governador do Estado de São Paulo depois de interromper seu breve período como prefeito da capital paulista, para a qual fora eleito quando ainda pertencia ao PDC. Católico e com muitas afinidades com os valores

dos políticos e do eleitorado udenista, não pertencia mais a seu partido de origem e não pretendia pertencer a mais nenhum. Para certos políticos udenistas, era visto como alguém que, depois de cumprir um grande mandato presidencial, poderia deixar para a UDN um eleitorado reciclado em seus valores e pronto para eleger para a Presidência aquele que fora o mentor de sua candidatura e que, em 1960, vinculando-se a ele na propaganda restrita ao povo carioca, foi eleito Governador do Estado da Guanabara: Carlos Lacerda.

O problema é que Jânio Quadros pouco se importava com os projetos udenistas. Durante a fase de campanha chegou a renunciar duas vezes à candidatura, embora voltando atrás em ambas. Na primeira, porque não aceitou comprometer-se com o programa da UDN e, na segunda, porque não aceitou vincular sua candidatura especificamente à do candidato udenista à Vice-Presidência, Milton Campos, o que acabou colaborando para a destoa e perigosa reeleição de Jango para a Vice-Presidência. Depois, uma vez empossado, escolheu o ministério de maneira completamente independente, como independentes foram as políticas de seu governo, especialmente a política externa. Tanta independência não agradou a Carlos Lacerda, que passou a pressioná-lo. Na noite de 24 de agosto de 1961, em cadeia de rádio e televisão, este fez insinuações a respeito de intenções golpistas de Jânio, que provocariam uma rápida sucessão de fatos, *na calada da noite*, e, no dia seguinte, a sua renúncia ao mandato presidencial.

Desesperados, os ministros militares, segundo depoimento dado anos depois em uma emissora de televisão pelo então Ministro da Marinha Silvio Heck, chegaram a oferecer a Jânio o fechamento do Congresso para que governasse como quisesse. Recusando-se ao golpe, conforme esse depoimento, resolveram aqueles ministros impedir a posse de Jango, que estava fora do país em missão oficial. Desse modo, algo da maior importância estava sendo esclarecido: Jango era absolutamente vetado para assumir a Presidência do Brasil. Ministro do Trabalho que fora do segundo governo de Getúlio, ficara marcado como seu mais direto sucessor e, sendo assim, tinha de suportar a maior rejeição de todo o antigetulismo. Provavelmente sabedor disso, até seu partido tinha evitado a sua candidatura à Presidência em 1960, entregando-a ao General Lott, militar legalista que seria uma garantia contra o golpe anunciado, ensaiado e até ali evitado, mas que chegaria em 1964.

A movimentação dos ministros militares para impedir a posse de Jango encontrou resistência em Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul, que liderou a *Campanha da Legalidade* e recebeu o apoio do Comando do III Exército. Para resolver o impasse, as partes concordaram em aceitar a posse de Jango nas condições da Emenda Constitucional nº 4 que insitiu o parlamentarismo em 2 de setembro de 1961. Era a confirmação de estarem vetados para Jango os poderes executivos, pelo menos por boa parte dos antigetulistas. Assim, a recuperação desses poderes depois do plebiscito de 6 de janeiro de 1963, embora o retorno ao presidencialismo fosse o desejo até da maioria dos políticos de todos os partidos, deu a Jango o que, para os obstinados antigetulistas, não era nem podia ser de Jango. E numa situação delicada como aquela as forças que chamamos de *esquerda* começaram a forçar para que desse muito mais do que queria e do que podia dar. Jango era apenas o Presidente de um país que voltara a ser presidencialista. Não significava que tivesse tomado *o poder*. Por isso, depois de tantas tentativas fracassadas de chegar ao comando presidencial dos poderes executivos, os antigetulistas, ao verem crescer de maneira frenética em torno de Jango tudo aquilo que combatiam e temiam, encontraram uma série de pretextos para quebrar a legalidade do país e, acusando seus inimigos de serem eles os subversivos, desencadearam o golpe de Estado.

Embora os motivos do golpe tenham sido predominantemente civis e a iniciativa tenha sido de um civil, Magalhães Pinto, então Governador de Minas Gerais, a execução tinha de ser levada a efeito por militares. Mesmo com a vitória, isso podia levar a uma crise entre os golpistas, e levou. Em pouco tempo, os líderes civis do golpe compreenderam que haviam se juntado a forças que não podiam controlar. Para a Presidência não havia como evitar que fosse entregue em eleição indireta a um dos líderes militares, o General Castello Branco. A expectativa otimista era de que cumprisse o que restava do período iniciado com Jânio. Ele próprio havia garantido no seu discurso de posse não ir além da data prevista para o seu mandato complementar. Porém, havia quem desejasse que ele não estivesse completamente convencido do que havia dito.

Em pouco tempo, porém, foi o próprio Congresso que votou a prorrogação do mandato presidencial. Houve divergências entre os políticos. Castello Branco aceitou a prorrogação com um discurso em que declarou obediência à decisão do Congresso. Era o que muitos militares queriam. As coisas estavam no rumo do binômio *segurança e*

desenvolvimento. Afinal, para continuarem comandando o país, os militares só precisavam provar que o perigo não havia passado. Depois da grande onda inicial de prisões e cassações, parecia para os líderes civis do golpe que os militares já não tinham muito mais o que fazer. Porém, a manutenção das eleições para o governo de onze estados em 1965 traria um novo pretexto. Os resultados, principalmente em Minas Gerais e na Guanabara, falaram em favor de vitória da oposição ao golpe. Foi o pretexto para o AI-2, o ato que extinguiu os partidos políticos. Dali por diante, a participação política devia ser restrita aos dois movimentos políticos criados: Aliança Renovadora Nacional, ARENA, e Movimento Democrático Brasileiro, MDB.

Em pouco tempo os componentes civis do golpe estariam se dividindo entre os que se rebelariam e seriam cassados, como Lacerda, entre os que acatariam incondicionalmente as ordens por razões fisiológicas ou por estratégia, entre os que esperariam pacientemente o retorno ao comando presidencial dos civis, propondo-se a assumi-lo, como Magalhães Pinto, e os que fariam a chamada oposição consentida, que não ficou isenta de cassações. Prevaleceria sobre todos eles o que os militares achassem que deviam fazer e até quando.

O pior de tudo é que desde a representação ideológica inicial do golpe haviam dado motivos para que os militares não se afastassem da nova cena política. Havia apontado inimigos para que eles os combatessem. E como aqueles inimigos foram realmente se reagrupando e se preparando para a luta armada, eles não perderiam tão cedo as razões de continuarem no comando do país. Mesmo assim estavam obrigados a oferecerem alguma alternativa em termos do que seria a vida civil do país. Para sorte deles, no final de um ano de intensos protestos, 1968, logo que o AI-5 terminou com a *democradura*, começaram a chegar ao Brasil os restos do *welfare state keynesiano*, dando assim a oportunidade ao país de viver uma fase de crescimento de investimento e de consumo que chamaram de *milagre econômico*. Foi a fase também em que se aparelhou, com o melhor que havia na época, uma grande rede de emissoras de televisão, que alcançaria com qualidade de som e imagem a todo o país. Estavam, assim, criadas as condições para a reciclagem de valores.

É provável que na obscura transição da Presidência de Costa e Silva para Médici tenha sido finalmente elaborado pelos militares um projeto de longo prazo e que o *milagre* tenha sido interpretado como o estabelecimento no Brasil das condições básicas para o seu desenvolvimento. Contornando com fortíssima repressão a oposição armada, poderiam

conseguir as condições de estabilidade necessárias para os investimentos. Porém, isso não foi suficiente para a burguesia brasileira aderir ao ambicioso sonho de industrialização do país com endividamento externo que seria proposto no governo de Geisel. Ela ficou de fora daquele projeto e assistiu cautelosa o país sofrer o impacto do *choque do petróleo* e o de uma dívida externa que o levaria a viver numa inflação cada vez mais crescente, que só teria fim com o Plano Real.

E foi exatamente nos anos 70 que, nos meios de comunicação de massa, na televisão especialmente, começaram a dominar os valores individualistas que tinham de dominar a sociedade brasileira de modo a que ela se fizesse apta, finalmente, para viver sob as instituições políticas liberais. Não foi um programa de governo, e até competiu com o que havia. Enquanto a propaganda oficial pregava um nacionalismo de caserna, as novelas e os noticiários destacavam o herói dos novos tempos e com um novo nome: o empresário. Não poderiam mais chamá-lo de burguês; essa palavra estava condenada.

Veio, como prevista e necessária, a *abertura*, processo de reorganização institucional, de transferência do comando do país, no qual o mentor Geisel e o executor Figueiredo pensaram que fosse emergir um Brasil nacionalista, industrializado, com população qualificada e estrutura básica de serviços bem desenvolvida, preparando uma privatização nacional de suas indústrias, sem dívida externa e sem inflação. Mas, no fim de tudo, surgiu uma população cada vez mais individualista, que em pouco tempo depois de sua reorganização institucional, como tanto queriam, mostrou-se capaz de dar resultados eleitorais regulares e de caráter conservador, sem mais correr o perigo de resultados eleitorais getulistas. Esses resultados terminaram nas localizadas vitórias eleitorais de Brizola já superadas. Isso, enfim, num país cuja estrutura básica de serviços está há muito tempo em colapso, num país endividado, num país que controlou a inflação que corroía os salários apesar da correção monetária e agora não os aumenta sob a desculpa de se ter reduzido a inflação, num país de alto índice de desemprego, num país com crescentes índices de criminalidade, num país que passou por uma privatização entreguista e está perdendo as suas indústrias de base, num país que tem sua moeda subordinada, num país que não tem hoje nenhuma perspectiva de mudança, nenhuma condição à vista de sair das condições em que foi atirado.

Não temos dúvidas: de uma ditadura que não foi derrubada não se pode dizer que terminou. O afastamento dos militares do comando do país, sem que o projeto que fizeram para ser realizado a partir da *abertura* tenha vingado, apenas aponta para o fato de que em tempo algum lhes pertenceu o comando da história do país. Os valores individualistas que influem cada vez mais na sociedade brasileira são uma condição necessária para a consolidação das instituições políticas liberais. E também são condições necessárias para isso: o fim progressivo, ora em vista, da legislação de proteção social, mas já praticado, por exemplo, nos muitos contratos de trabalho ora feitos à margem da CLT³; a definição do valor do salário mínimo em função da contabilidade oficial e não em função das necessidades básicas dos trabalhadores; o aumento do percentual salarial nas contribuições previdenciárias acompanhado de reformas da Previdência que postergam as aposentadorias e as oneram quando obtidas; a queda de qualidade da educação pública e gratuita em todos os níveis; a queda da qualidade do atendimento médico público e gratuito; o incentivo à expansão da comercialização de direitos previdenciários e à expansão da comercialização do ensino e dos serviços de saúde. Sem dúvida, tudo isso e mais uma série de outras providências como a privatização das indústrias de base, ainda mais com os caracteres entreguistas com que tem sido realizada, confirmam que está em andamento aquilo que, no exercício da Presidência, Fernando Henrique Cardoso chamou de *fim da Era Vargas*. Com efeito, foi esse o maior dos objetivos do golpe de 1964. Se custou a reaparecer com clareza foi em grande parte devido aos governantes militares. Eles não entenderam a fera que protegiam, que pregava ao lado deles outra reciclagem de valores e que eles iriam soltar. Essa fera não foi apenas a autora eventual do golpe, como foram eventuais os militares. Ela foi a autora histórica daquele golpe, cujos objetivos, com o país hoje sob o seu comando liberal, ou neoliberal, continuam sendo realizados. Ela ainda não terminou o seu projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

³ Consolidação das Lei do Trabalho, Decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943.

BENEVIDES, M. V. M. *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1981.

BRANCO, C. Castello. *A Renúncia de Jânio – Um depoimento*. Rio de Janeiro. Ed. Revan
3ª edição, 1996

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

_____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

_____. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo. Companhia das Letras, 2003.

_____. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo. Companhia das Letras, 2004.

NETO, Lira. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo. Editora Contexto, 2004.

PONTE PRETA, S. *FEBEAPÁ: 1º Festival de besteira que Assola o País*. São Paulo.
Círculo do Livro.

SILVA, H. e RIBAS, M. C. *Os Presidentes*. Coleção com vários títulos. Grupo de
Comunicação Três, 1983.

VICTOR, Mário. *Cinco Anos que Abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização
Brasileira, 1965.

DOCUMENTOS

Revista *O Cruzeiro*. *Extra: Edição Histórica da Revolução*, publicada em 10 de abril de
1964.